Titanium Holdings S.A.

CNPJ 07.131.759/0001-52
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Titanium Holdings S.A. (Sociedade) registrou Lucro Líquido de R$ 67.253 mil, Patrimônio Líquido de R$ 719.610 mil e Ativos Totais de R$ 790.956 mil. A política de dividendos da Sociedade assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social. Em 2023 deliberou aos acionistas o montante de R$ 35.000 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante		**200.888**	**33.302**
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	95.428	33.302
Valores a Receber	8	105.460	-
Não Circulante		**590.068**	**696.104**
Realizável a Longo Prazo		**590.068**	**696.104**
Valores a Receber	8	527.303	652.236
Depósitos Judiciais	9b	37.254	30.378
Tributos a Compensar ou a Recuperar	15f	12.646	2.945
Créditos Tributários	15c	12.865	10.545
Total do Ativo		**790.956**	**729.406**

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante		**29.750**	**42.426**
Impostos e Contribuições a Recolher		-	7.881
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	10e	29.750	34.221
Outras Obrigações		-	324
Não Circulante		**41.596**	**33.843**
Impostos e Contribuições a Recolher	15c e 15d	3.750	2.820
Provisão para Riscos Fiscais	9b	37.846	31.023
Patrimônio Líquido		**719.610**	**653.137**
Capital Social	10a	410.320	376.100
Reservas de Lucros	10d	309.290	277.037
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**790.956**	**729.406**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	Nota	2023	2022
Receitas/(Despesas Operacionais)		**(4.158)**	**(3.456)**
Despesas Tributárias	11	(4.091)	(3.386)
Despesas Gerais e Administrativas	12	(69)	(70)
Outras Receitas Operacionais		2	-
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras e dos Tributos		**(4.158)**	**(3.456)**
Resultado Financeiro	13	**87.757**	**72.475**
Receitas Financeiras		90.644	75.071
Despesas Financeiras		(2.887)	(2.596)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		**83.599**	**69.019**
Imposto de Renda e Contribuição Social	15	(16.346)	(9.729)
Lucro Líquido do Exercício		**67.253**	**59.290**
Número de Ações		110.671.287	105.297.130
Lucro Líquido Básico por lote de mil Ações em R$		0,61	0,56

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Estatutária	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**336.100**	**29.304**	**228.703**	**-**	**594.107**
Aumento de Capital	40.000	-	-	-	40.000
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	59.290	59.290
Destinações: - Reservas	-	2.965	16.065	(19.030)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(40.260)	(40.260)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**376.100**	**32.269**	**244.768**	**-**	**653.137**
Aumento de Capital	34.220	-	-	-	34.220
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	67.253	67.253
Destinações: - Reservas	-	3.363	28.890	(32.253)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(35.000)	(35.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**410.320**	**35.632**	**273.658**	**-**	**719.610**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**83.599**	**69.019**
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	**(80.079)**	**(67.872)**
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras	(84.167)	(71.255)
Provisão para Obrigações Legais	4.088	3.383
Lucro Líquido Ajustado	**3.520**	**1.147**
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	88.064	-
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(626)	(8.513)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(28.832)	(9.678)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	**62.126**	**(17.044)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Aumento de Capital	-	40.000
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	**-**	**40.000**
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**62.126**	**22.956**
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Exercício	33.302	10.346
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Exercício	95.428	33.302
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	**62.126**	**22.956**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2023	2022
Lucro Líquido do Exercício	**67.253**	**59.290**
Total do Resultado Abrangente do Exercício	**67.253**	**59.290**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Titanium Holdings S.A. ("Sociedade") é uma empresa que tem como objeto a participação como sócia ou acionista em outras sociedades, aquisição e transferência de participações acionárias.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 27 de março de 2024.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Sociedade, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2023. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua, que é o Real (R$). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Sociedade para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional, certificados de depósitos bancários (CDB) e fundos de investimentos, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); e (iii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido):

- **Mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- **Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)**

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Teste SPPI: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

- **Metodologia de apuração do valor de mercado**

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

d) Investimentos

São classificados como controladas e coligadas as entidades sobre as quais a Sociedade exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos a voto. Poderá ainda existir controle quando a Sociedade possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas contábeis e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Sociedade controla outra entidade.

Os investimentos em empresas controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

O resultado das controladas e coligadas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

Ágio (Goodwill)

O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e *joint ventures*. O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão do interesse da Sociedade sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas é incluído no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (deságio) este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relativo à entidade vendida.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Sociedade avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e se for possível estimá-los com confiabilidade, a perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período. Nos exercícios de 2023 e de 2022, não houve perda por *impairment*.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Provisões: são reconhecidas quando, como resultado de um evento passado, a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de recursos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontado a uma taxa prefixada a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.
- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas, quando relevantes;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras

Os detalhamentos dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 9.

g) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Sociedade, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 10b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Sociedade. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 10e.

h) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, estão apresentados na Nota 15.

i) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre, e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

j) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

k) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das Demonstrações Financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das Demonstrações Financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos no final das notas explicativas.

4) ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A apresentação das demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC, requer que a Administração da Sociedade formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis.

Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Sociedade estão assim apresentados:

Classificação e avaliação dos ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende da respectiva classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os "prêmios de controle" resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e quão severa uma perda pode ser reconhecida. Esses métodos de avaliação podem levar a Sociedade a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

Provisões e passivos contingentes

As provisões são revisadas regularmente, e constituídas, sempre que a perda for avaliada como provável, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.

5) PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2023:

- CPC 50 - Contratos de Seguros. Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. A norma entrou em vigor para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2023. Não foram identificados impactos na Sociedade.
- CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras. As alterações visam melhorar as divulgações de políticas contábeis, para que as entidades forneçam informações mais úteis aos usuários das demonstrações financeiras. As entidades deverão divulgar suas políticas contábeis materiais, em vez de suas políticas contábeis significativas. Inclui também orientações sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. As alterações entraram em vigor para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida. Não foram identificados impactos na Sociedade.
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa Retificação de Erro. As entidades deverão distinguir as diferenças entre as mudanças das políticas contábeis e as mudanças das estimativas contábeis. As alterações entraram em vigor para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida. Não foram identificados impactos na Sociedade.
- CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. Em circunstâncias específicas, as entidades estão isentas de reconhecer tributos diferidos quando reconhecem ativos ou passivos pela primeira vez. Essa isenção se aplica a operações de arrendamento e obrigações de encerramento, por exemplo. Com as alterações, as entidades não terão direito mais a isenção e estarão obrigadas a reconhecer o tributo diferido sobre tais transações é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2023. Não foram identificados impactos na Sociedade.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

- Alterações do IFRS 16 - Arrendamentos. As mudanças preveem a adição de requisitos sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (*leaseback*), após a data inicial da transação. Em resumo, o vendedor-arrendatário não deve reconhecer nenhum ganho ou perda referente ao direito de uso retido por ele. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. Concluiu-se que não haverá impactos com a aplicação desta regulamentação.
- Alterações ao IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras. As alterações visam melhorar as informações divulgadas sobre dívidas não correntes com *covenants*, para que os usuários das demonstrações financeiras entendam o risco de tais dívidas serem liquidadas antecipadamente. Nelas foram contempladas ainda, alterações que visam endereçar algumas preocupações levantadas por usuários das demonstrações financeiras, em função da aplicação das alterações sobre a classificação de passivos como "correntes" e "não correntes", emitidas em 2020. A adoção antecipada é permitida. As alterações têm efeito a partir de 1º de janeiro de 2024. Concluiu-se que não haverá impactos com a aplicação desta regulamentação.
- Alterações ao IAS 7 e ao IFRS 7 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As alterações se referem à divulgação de informações sobre acordos financeiros com fornecedores que permitirão aos usuários das demonstrações financeiras avaliar seus efeitos sobre o passivo da entidade e aos seus fluxos de caixa, além da sua exposição ao risco de liquidez. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Sociedade avaliou as alterações propostas e não identificou impactos em suas demonstrações financeiras.
- Alterações ao IAS 21 - Efeitos das mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras - As alterações visam definir sobre como avaliar se uma moeda pode ser trocada por outra e qual a taxa de câmbio a ser utilizada quando uma moeda não é passível de troca. Em resumo, a possibilidade de troca de uma moeda por outra, deve ser avaliada na data de mensuração e para uma finalidade específica. Caso conclua-se que a moeda é passível de troca, aplicam-se os requerimentos do IAS 21. Caso contrário, estima-se a taxa de câmbio à vista na data de mensuração, usando uma taxa de câmbio observável sem ajuste ou outra técnica de avaliação. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2025, sendo permitida a aplicação antecipada. Não foram identificados impactos na Sociedade.

6) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco ("Organização"), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

7) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro 2023	2022
Certificado de Depósito Bancário - CDB Fácil Bradesco (1)	95.428	33.302
Total	**95.428**	**33.302**

(1) Esta aplicação financeira, classificada como equivalente de caixa, tem resgates automáticos diários e são utilizadas para gerenciamento de caixa, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

8) VALORES A RECEBER

Refere-se a contratos de mútuo, acrescidos de 100% da variação do Depósito Interbancário - DI, dividido em sete parcelas a serem pagas anualmente, no montante de R$ 632.763 (2022 - R$ 652.236), primeira parcela recebida em 2023 líquida de impostos, no montante de R$ 93.978.

9) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais

A Sociedade é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados às obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R$ 37.254 (2022 - R$ 30.378).

A Administração da Sociedade entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

A Sociedade não possuía contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devessem ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Movimentação das provisões para riscos fiscais

	Em 31 de dezembro 2023	2022
No início do exercício	**31.023**	**25.043**
Atualizações monetárias	2.735	2.596
Constituição	4.088	3.384
No final do exercício	**37.846**	**31.023**

As provisões referentes às ações judiciais da Sociedade são consideradas de longo prazo, devido a imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 2023 e 2022, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 28/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/28/TITANIUM1575152528032024.pdf
Hash:17115717614de05643e6074c8398f1e366d0db429a

...continuação

Titanium Holdings S.A.

CNPJ 07.131.759/0001-52
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2023	**2022**
Ordinárias - classe "A" (I)	58.657.031	55.808.667
Ordinárias - classe "B" (II)	52.014.256	49.488.463
Total	**110.671.287**	**105.297.130**

(i) Cada ação ordinária, classe "A", corresponde a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais; e
(ii) As ações ordinárias classe "B" são conversíveis, a qualquer tempo e a critério de seus titulares, em ações preferenciais resgatáveis.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de março de 2023, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R$ 34.220, elevando-o de R$ 376.100 para R$ 410.320, mediante a subscrição de 5.374.157 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 2.848.364 da classe "A" e 2.525.793 da classe "B".

Em Assembleia Geral Extraordinária de 31 de outubro de 2022, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R$ 40.000, elevando-o de R$ 336.100 para R$ 376.100, mediante a subscrição de 6.320.207 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, classe "A".

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2023	**2022**
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	**67.253**	**59.290**
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	109.776	100.557
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais)	0,61	0,59

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2023	**2022**
Reserva legal (i)	35.632	32.269
Reserva estatutária (ii)	273.658	244.768
Total	**309.290**	**277.037**

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social; e
(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as Demonstrações Financeiras, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está demonstrado a seguir:

	R$ mil	**% (1)**
Lucro líquido do exercício	67.253	
Reserva legal	(3.363)	
Base de cálculo ajustada	**63.890**	
Juros sobre o capital próprio (bruto) (2)	35.000	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15%	(5.250)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2023	**29.750**	**46,56**
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2022	**34.221**	**60,74**

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo; e
(2) JCP deliberado em 15 de dezembro de 2023, com pagamento para 28 de junho de 2024.

11) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	**2022**
Cofins	3.516	2.911
PIS	571	473
Outras	4	2
Total	**4.091**	**3.386**

12) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	**2022**
Editais e publicações	47	48
Serviços de auditoria externa	15	14
Outras	7	8
Total	**69**	**70**

13) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	**2022**
Receitas financeiras:		
Variação monetária de contrato de mútuo a receber	84.167	71.468
Receitas de aplicações em certificado de depósito bancário	3.290	1.220
Juros ativos	3.187	2.383
Total	**90.644**	**75.071**
Despesas financeiras:		
Juros passivos	(2.887)	(2.596)
Total	**(2.887)**	**(2.596)**
Total do resultado financeiro	**87.757**	**72.475**

14) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro					
	Controlador (1)		**Outras partes relacionadas (2)**		**Total**	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Ativos:						
Caixa/disponibilidades	-	-	95.428	33.302	95.428	33.302
Valores a receber	-	-	632.763	652.236	632.763	652.236
Passivos:						
Juros sobre capital próprio a pagar	-	-	29.750	34.221	29.750	34.221

	Exercícios findos em 31 de dezembro					
	Controlador (1)		**Outras partes relacionadas (2)**		**Total**	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Receitas com juros	-	-	84.167	71.468	84.167	71.468
Despesas de juros sobre o capital próprio	(35.000)	(40.260)	-	-	(35.000)	(40.260)
Receitas/(despesas) de aplicação	-	-	3.290	1.220	3.290	1.220

(1) Cidade de Deus Sociedade Comercial de Participações ("Cidade de Deus") e Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Nova Cidade de Deus"); e
(2) BBD Participações S.A. ("BBD") e Bradesco.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os Administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Sociedade.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	**2022**
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	**83.599**	**69.019**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(28.424)	(23.466)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Juros sobre o capital próprio pagos	11.900	13.688
Outros valores	178	49
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(16.346)**	**(9.729)**

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	**2022**
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	**(17.736)**	**(11.762)**
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício sobre adições e exclusões temporárias	1.390	2.033
Total dos impostos diferidos	**1.390**	**2.033**
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(16.346)**	**(9.729)**

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	2022	**Constituição**	**Realização**	**2023**
Provisões fiscais	10.545	2.320	-	12.865
Total dos créditos tributários	**10.545**	**2.320**	**-**	**12.865**
Obrigações fiscais diferidas	2.820	930	-	3.750
Total dos créditos tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas	**7.725**	**1.390**	**-**	**9.115**

d) Obrigações fiscais diferidas

	Em 31 de dezembro			
	2022	**Constituição**	**Realização**	**2023**
Atualização de depósitos judiciais	2.820	930	-	3.750
Total dos impostos diferidos	**2.820**	**930**	**-**	**3.750**

e) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		
	Imposto renda	**Contribuição social**	**Total**
2028	9.460	3.405	12.865
Total	**9.460**	**3.405**	**12.865**

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, no montante de R$ 10.979 (2022 - R$ 9.300) de diferenças temporárias.

f) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no ativo não circulante, no montante de R$ 12.646 (2022 - R$ 2.945), referem-se a imposto de renda e contribuição social.

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022; e

b) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA

Diretor-Presidente
Milton Matsumoto

Diretores-Vice-Presidentes
Alexandre da Silva Glüher
Maurício Machado de Minas

Diretores Gerentes
Marcelo de Araújo Noronha
Cassiano Ricardo Scarpelli
Rogério Pedro Câmara
Moacir Nachbar Junior

Diretor
Oswaldo Tadeu Fernandes

Vinícius Panaro
Contador - CRC-1SP324844/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores do

Titanium Holdings S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Titanium Holdings S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Titanium Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Cláudio Rogélio Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 28/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/28/TITANIUM1575152528032024.pdf
Hash:17115717614de05643e6074c8398f1e366d0db429a